

05/19  
AP 29.11.89



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DEP. TARSO GENRO) PT-RS

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º \_\_\_\_\_

Introduz parágrafo 1º ao artigo 626 da Consolidação das  
Leis do Trabalho.

DESPACHO: JUSTIÇA E REDAÇÃO; E DE TRABALHO

À Comis. JUSTIÇA E REDAÇÃO em 4 de agosto de 1989

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado TITO COSTA /h, em 14/8/1989 des  
O Presidente da Comissão de Justiça e Redação  
Ao Sr. DEPUTADO PAULO PAIM, em 31/05 1990  
O Presidente da Comissão de TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO humb  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

PROJETO N.º 3.112 DE 1989

# SINOPSE

Projeto n.º \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Ementa: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Autor: \_\_\_\_\_

Discussão única \_\_\_\_\_

Discussão inicial \_\_\_\_\_

Discussão final \_\_\_\_\_

Redação final \_\_\_\_\_

Remessa ao Senado \_\_\_\_\_

Emendas do Senado aprovadas em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Sancionado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Promulgado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Vetado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Publicado no "Diário Oficial" de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL N.º

01

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CTASP	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
		PL	3.112	89	31	05	1990	Raimo

DESCRIÇÃO DA AÇÃO
Distribuído ao Dep. Raimo Raimo

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL N.º

02

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CTASP	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
		PL	3112	1989	18	10	1990	Raimo

DESCRIÇÃO DA AÇÃO
Devidamente pelo Relator
Parecer: favorável, com adoção da emenda da CCE

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL N.º

03

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CTASP	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
		PL	3112	1989	14	11	1990	Luiza

DESCRIÇÃO DA AÇÃO
Aprovado unanimemente, nos termos da Emenda da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL N.º

04

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CTASP	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
		PL	3112	1989	05	12	1990	Luiza

DESCRIÇÃO DA AÇÃO
Encaminhado a CCP.

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

PROJETO DE LEI Nº 3.112, DE 1989

(DO SR. TARSO GENRO)

Introduz parágrafo 1º ao artigo 626, da Consolidação das Leis do Trabalho.



(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO; E DE TRABALHO)



As Comissões :

1. Constituição e Justiça e Redação

2. Comissão de Trabalho.

3.

Em 21/07 / 89.

Presidente

Projeto de Lei nº 3.112, de 1989

"Introduz § 1º ao art. 626, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)."

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - É acrescido ao texto da CLT, em seu artigo 626, o seguinte parágrafo.

"§ 1º - A fiscalização referida no caput deste artigo, poderá ser acompanhada por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

#### J U S T I F I C A T I V A

=====

O mero acompanhamento do fiscal não traduz nenhuma intromissão dos interessados na esfera de competência do poder público. Trata-se, como é transparente concluir, de aperfeiçoar o processo fiscalizatório, permitindo que tanto os trabalhadores como os empresários, tenham ciência direta dos métodos usados e da intensidade do trabalho do Estado, no particular.

Convém notar que a fiscalização tem caráter educativo e que a presença da representação sindical socializará, para as categorias respectivas, o conhecimento das exigências legais, para o bom funcionamento da empresa.

Sala das Sessões, em

Deputado TARSO GENRO  
PT/RS



CÂMARA DOS DEPUTADOS



LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO  
DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio  
de 1943.

## TÍTULO VII

### DO PROCESSO DE MULTAS ADMINISTRATIVAS

#### CAPÍTULO I

#### DA FISCALIZAÇÃO, DA AUTUAÇÃO E DA IMPOSIÇÃO DE MULTAS

**Art. 626.** Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

**Parágrafo único.** Os fiscais dos institutos de seguro social e das entidades paraestatais em geral, dependentes do Ministério do Trabalho (MTb), serão competentes para a fiscalização a que se refere o presente artigo, na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 3.112, DE 1989

"Introduz parágrafo 1º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho."

AUTOR: Deputado TARSO GENRO

RELATOR: Deputado TITO COSTA

I - RELATÓRIO

Pretende o autor através deste projeto introduzir um parágrafo ao artigo 626 da CLT de modo a permitir que a fiscalização das normas de proteção ao trabalho sejam acompanhadas por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento.

Em suas justificações explica que a razão da proposta é aperfeiçoar o processo fiscalizatório, permitindo que tanto empregado como empresário tenham ciência direta dos métodos usados e da intensidade do trabalho do particular.

Nos termos regimentais compete a este órgão colegiado apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

É ela constitucional e jurídica, já que não viola dispositivos constitucionais relativos à competência para legislar ou iniciar o processo legislativo (arts. 22 e 61 da Constituição). Merece pequeno reparo a técnica legislativa a

*[Assinatura]*



fim de desmembrar o comando existente no art. 2º, desdobran  
do-se em dois.

## II - VOTO DO RELATOR

Em face do exposto votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, na forma da Emenda proposta.

Sala da Comissão, em 11 de outubro de 1989

Deputado TITO COSTA





CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 3.112, DE 1989

"Introduz parágrafo 1º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho."

AUTOR; Deputado TARSO GENRO

RELATOR: Deputado TITO COSTA

EMENDA

Desdobre-se o art. 2º em dois artigos, 3º e 4º, respectivamente com as seguintes redações:

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 11 de outubro de 1989

Deputado TITO COSTA



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 3.112, DE 1989

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, do Projeto de Lei nº 3.112/89, nos termos do parecer do relator.


Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Nelson Jobim - Presidente, João Natal - Vice-Presidente, Arnaldo Moraes, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Mendes Ribeiro, Michel Temer, Aloysio Chaves, Dionísio Hage, Eliézer Moreira, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Doutel de Andrade, Benedicto Monteiro, José Genoíno, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Roberto Freire, Nilson Gibson, Osvaldo Macedo, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Sérgio Spada, Theodoro Mendes, Tito Costa, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Juarez Marques Batista, Sigmaringa Seixas, Ibrahim Abi-Ackel, Sílvio Abreu, Roberto Torres, Afrísio Vieira Lima, Aluízio Campos, Alcides Lima, Adylson Motta, Jesus Tajra, Rodrigues Palma e Gonzaga Patriota.

Sala da Comissão, em 29 de novembro de 1989

  
Deputado NELSON JOBIM

Presidente

  
Deputado TITO COSTA

Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 3.112, DE 1989

EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO

Desdobre-se o art. 2º do projeto em dois artigos, 3º e 4º, respectivamente, com as seguintes redações:

"Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário."

Sala da Comissão, em 29 de novembro de 1989

  
Deputado NELSON JOBIM  
Presidente

  
Deputado TITO COSTA  
Relator



COMISSÃO DO TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO.

PROJETO DE LEI Nº 3.112, DE 1989.

"Introduz parágrafo 1º ao artigo 626, da Consolidação das Leis do Trabalho".

Autor: Deputado TARSO GENRO

Relator: Deputado PAULO PAIM

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.112/89, de autoria do Deputado Tarso Genro, acrescenta parágrafo ao artigo 626 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A iniciativa objetiva permitir a participação de representantes das categorias econômicas e profissionais na fiscalização das normas de proteção ao trabalho.

A Comissão de Constituição e Justiça e Redação posicionou-se favoravelmente à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.112/89, de acordo com o parecer do relator, Deputado Tito Costa.

A proposição foi distribuída para a Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público.

É o Relatório.





## II - VOTO DO RELATOR

A Constituição de 1988, em seu artigo 7º, inciso XXII, eleva a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, à categoria de direito dos trabalhadores.

O Projeto de Lei nº 3.112/89, ao permitir a participação de empregados e empregadores na fiscalização das normas de proteção ao trabalho, democratiza as relações de trabalho e torna mais eficaz o controle das condições de segurança, higiene e saúde das unidades de produção.

Somos, pois, favoráveis ao Projeto de Lei nº 3.112/89, com a emenda apresentada pelo relator da Comissão de Constituição e Justiça e Redação.

Sala das Comissões, em            de outubro de 1990.

  
Deputado Paulo Paim



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje opinou, unanimemente, pela APROVAÇÃO do Projeto de lei nº 3.112/89, nos termos da Emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Estiveram presentes os seguintes senhores Deputados: Amaury Müller, Presidente, Paulo Paim (Relator), Carlos Alberto Caó, Haroldo Sabóia, José Tavares, Mauro Sampaio, Francisco Amaral, Costa Ferreira, Eraldo Trindade, Célio de Castro, Geraldo Campos, Mário Lima, Augusto Carvalho, Edmilson Valentim, Aristides Cunha, José da Conceição e Nilson Gibson.

Sala da Comissão, em 14 de novembro de 1990

Deputado AMAURY MÜLLER  
Presidente

Deputado PAULO PAIM  
Relator



## CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 3.112-A, DE 1.989

(DO SR. TARSO GENRO)

Introduz parágrafo 1º ao artigo 626 da Consolidação das Leis do Trabalho; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda; e, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com adoção da emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

(PROJETO DE LEI Nº 3.112, DE 1.989, A QUE SE REFEREM OS PARECERES)



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO, DE LEI Nº 3.112, DE 1989

(Do Sr. Tarso Genro)

**Introduz § 1º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho.**

(Às Comissões de Constituição e Justiça e Redação; e de Trabalho.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescido ao texto da CLT, em seu art. 626, o seguinte parágrafo.

"§ 1º A fiscalização referida no **caput** deste artigo, poderá ser acompanhada por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

## Justificação

O mero acompanhamento do fiscal não traduz nenhuma intromissão dos interessados na esfera de competência do poder público. Trata-se, como é transparente concluir, de aperfeiçoar o processo fiscalizatório, permitindo que tanto os trabalhadores como os empresários, tenham ciência direta dos métodos usados e da intensidade do trabalho do Estado, no particular.

Convém notar que a fiscalização tem caráter educativo e que a presença da representação sindical socializará, para as categorias respectivas, o conhecimento das exigências legais, para o bom funcionamento da empresa.

Sala das Sessões,  
Genro, PT/RS.

. \_ Deputado Tarso





— 2 —

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA  
PELA COORDENAÇÃO DAS  
COMISSÕES PERMANENTES**

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de  
1º de maio de 1943.

.....

**TÍTULO VII**

**Do Processo de Multas Administrativas**

**CAPÍTULO I**

**Da Fiscalização, da Autuação,  
e da Imposição de Multas**

.....

Art. 626. Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

Parágrafo único. Os fiscais dos institutos de seguro social e das entidades paraestatais em geral, dependentes do Ministério do Trabalho (MTb), serão competentes para a fiscalização a que se refere o presente artigo, na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho.

.....

.....



Aprovada a emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, o projeto e a redação final. A matéria vai ao Senado Federal.

Em 1º de abril de 1993.



*Proposta*

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº 3.112-A, DE 1989

(Do Sr. Tarso Genro)

Introduz § 1º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda; e, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com adoção da emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

(Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, a que se referem os pareceres.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescido ao texto da CLT, em seu art. 626, o seguinte parágrafo:

"§ 1º A fiscalização referida no caput deste artigo poderá ser acompanhada por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

#### Justificação

O mero acompanhamento do fiscal não traduz nenhuma intromissão dos interessados na esfera de competência do poder público. Trata-se, como é transparente concluir, de aperfeiçoar o processo fiscalizatório, permitindo que tanto os trabalhadores como os empresários, tenham ciência direta dos métodos usados e da intensidade do trabalho do Estado, no particular.

Convém notar que a fiscalização tem caráter educativo e que a presença da representação sindical socializará, para as categorias respectivas, o conhecimento das exigências legais, para o bom funcionamento da empresa.

Sala das Sessões, \_\_\_\_\_ Deputado Tarso Genro, PT/RS.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### TÍTULO VII

#### Do Processo de Multas Administrativas

#### CAPÍTULO I

Da Fiscalização, da Autuação, e da Imposição de Multas

Art. 626. Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

Parágrafo Único. Os fiscais dos institutos de seguro social e das entidades paraestatais em geral, dependentes do Ministério do Trabalho (MTb), serão competentes para a fiscalização a que se refere o presente artigo, na forma das instituições que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho.

#### PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

#### I \_ Relatório

Pretende o autor, através deste projeto, introduzir um parágrafo ao art. 626 da CLT, de modo a permitir que a fiscalização das normas de proteção ao trabalho sejam acompanhadas por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento.

Em suas justificações, explica que a razão da proposta é aperfeiçoar o processo fiscalizatório, permitindo que tanto empregado como empresário tenham ciência direta dos métodos e da intensidade do trabalho do particular.

Nos termos regimentais compete a este órgão colegiado apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

É ela constitucional e jurídica, já que não viola dispositivos constitucionais relativos à competência para legislar ou iniciar o processo legislativo (arts. 22 e 61 da Constituição). Merece pequeno reparo e técnica legislativa a fim de desmembrar o comando existente no art. 2º, desdobrando-se em dois.

#### II \_ Voto do Relator

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, na forma da emenda proposta.

Sala da Comissão, 11 de outubro de 1989. \_ Deputado Tito Costa.

#### EMENDA

Desdobre-se o art. 2º em dois artigos, 3º e 4º, respectivamente com as seguintes redações:

"Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4<sup>a</sup> Revogam-se as disposições em contrário."

Sala da Comissão, 11 de outubro de 1989. \_  
Deputado **Tito Costa**.

### III \_ Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e Redação, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, do Projeto de Lei nº 3.112/89, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Nelson Jobim, Presidente; João Natal, Vice-Presidente; Arnaldo Moraes, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Mendes Ribeiro, Michel Temer, Aloysio Chaves, Dionísio Hage, Eliézer Moreira, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Doutel de Andrade, Benedicto Monteiro, José Genoíno, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Roberto Freire, Nilson Gibson, Osvaldo Macedo, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Sérgio Spada, Theodoro Mendes, Tito Costa, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Juarez Marques Batista, Sigmaringa Seixas, Ibrahim Abi-Ackel, Sílvio Abreu, Roberto Torres, Afrísio Vieira Lima, Aluizio Campos, Alcides Lima, Adylson Motta, Jesus Tajra, Rodrigues Palma e Gonzaga Patriota.

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. \_  
Deputado **Nelson Jobim**, Presidente \_ Deputado **Tito Costa**, Relator.

#### EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO

Desdobre-se o art. 2<sup>a</sup> do projeto em dois artigos, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup>, respectivamente, com as seguintes redações:

"Art. 3<sup>a</sup> Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4<sup>a</sup> Revogam-se as disposições em contrário."

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. \_  
Deputado **Nelson Jobim**, Presidente \_ Deputado **Tito Costa**, Relator.

#### PARECER DA COMISSÃO DO TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

##### I \_ Relatório

O Projeto de Lei nº 3.112/89, de autoria do Deputado Tarso Genro, acrescenta parágrafo ao

art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A iniciativa objetiva permitir a participação de representantes das categorias econômicas e profissionais na fiscalização das normas de proteção ao trabalho.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação posicionou-se favoravelmente à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.112/89, de acordo com o parecer do relator, Deputado Tito Costa.

A proposição foi distribuída para a Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público.

É o relatório.

##### II \_ Voto do Relator

A Constituição de 1988, em seu art. 7<sup>a</sup>, inciso XXII, eleva a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, à categoria de direito dos trabalhadores.

O Projeto de Lei nº 3.112/89, ao permitir a participação de empregados e empregadores na fiscalização das normas de proteção ao trabalho, democratiza as relações de trabalho e torna mais eficaz o controle das condições de segurança, higiene e saúde das unidades de produção.

Somos, pois, favoráveis ao Projeto de Lei nº 3.112/89, com a emenda apresentada pelo relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Sala das Comissões, de outubro de 1990. \_  
Deputado **Paulo Paim**.

##### III \_ Parecer da Comissão

A Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.112/89, nos termos da emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados: Amaury Müller, Presidente; Paulo Paim, (Relator); Carlos Alberto Caó, Haroldo Sabóia, José Tavares, Mauro Sampaio, Francisco Amaral, Costa Ferreira, Eraldo Trindade, Célio de Castro, Geraldo Campos, Mário Lima, Augusto Carvalho, Edmilson Valentim, Aristides Cunha, José da Conceição e Nilson Gibson.

Sala da Comissão, 14 de novembro de 1990. \_  
Deputado **Amaury Müller**, Presidente \_ Deputado **Paulo Paim**, Relator.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

1ª Lem 34

PROJETO DE LEI Nº 3.112-A, DE 1989  
(DO SR. TARSO GENRO)

DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI Nº 3.112, DE 1989, QUE INTRODUZ PARÁGRAFO 1º AO ARTIGO 626 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO; TENDO PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA, COM EMENDA (RELATOR: SR. RITO COSTA); E DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, PELA APROVAÇÃO, COM ADOÇÃO DA EMENDA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (RELATOR: SR. PAULO PAIM).

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

PASSA-SE À VOTAÇÃO.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Arde / 10/8/93*

EM VOTAÇÃO A EMENDA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE  
REDAÇÃO.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EM VOTAÇÃO O PROJETO.

- *afdo* / 12/4/93

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

A MATÉRIA VAI AO SENADO FEDERAL.

## IDENTIFICAÇÃO

NUMERO NA ORIGEM : PL. 03112 1989 PROJETO DE LEI (CD)

ORGAO DE ORIGEM : CAMARA DOS DEPUTADOS

02 08 1989

CAMARA : PL. 03112 1989

AUTOR

DEPUTADO : TARSO GENRO.

PT

RS

EMENTA

INTRODUZ PARAGRAFO PRIMEIRO AO ARTIGO 626 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

(DETERMINANDO QUE A FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHO PODERA SER ACOMPANHADA POR REPRESENTANTES DAS CATEGORIAS ECONOMICAS E PROFISSIONAIS).

## LEGISL-CITADA

DECRETO-LEI 005452 DE 1943

## DESPACHO INICIAL

(CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)

(CD) COMISSÃO DO TRABALHO (CTB)

## ULTIMA AÇÃO

PTORD PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

06 12 1990 (CD) PLENARIO (PLEN)

LEITURA E PUBLICAÇÃO DOS PARECERES DA CCJR E CTASP.

PRONTO PARA A ORDEM DO DIA. PL. 3112-A/89.

DCN1 07 12 90 PAG 13719 COL 03.

## TRAMITAÇÃO

28 06 1989 (CD) PLENARIO (PLEN)

APRESENTAÇÃO DO PROJETO PELO DEP TARSO GENRO.

02 08 1989 (CD) MESA DIRETORA

DESPACHO A CCJR E CTB.

02 08 1989 (CD) PLENARIO (PLEN)

LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA.

DCN1 03 08 89 PAG 6735 COL 01.

14 08 1989 (CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)

RELATOR DEP TITO COSTA.

DCN1 23 08 89 PAG 8413 COL 03.

29 11 1989 (CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)

APROVAÇÃO UNANIME DO PARECER DO RELATOR, DEP TITO COSTA, PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TECNICA LEGISLATIVA, COM EMENDA.

DCN1 03 03 90 PAG 0933 COL 03.

31 05 1990 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)

RELATOR DEP PAULO PAIM.

DCN1 02 06 90 PAG 6277 COL 03.

18 10 1990 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)

PARECER FAVORAVEL DO RELATOR, DEP PAULO PAIM, COM ADOÇÃO DA EMENDA DA CCJR.

14 11 1990 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)

APROVAÇÃO UNANIME DO PARECER FAVORAVEL DO RELATOR, DEP PAULO PAIM, COM ADOÇÃO DA EMENDA DA CCJR.

DCN1 24 01 91 PAG 15073 COL 01.



TRAMITAÇÃO	DATA	DESCRIÇÃO
28 06 1989	(CD) PLENARIO (PLEN)	APRESENTAÇÃO DO PROJETO PELO DEP TARSO GENRO.
02 08 1989	(CD) MESA DIRETORA	DESPACHO A CCJR E CTB.
02 08 1989	(CD) PLENARIO (PLEN)	LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA. DCN1 03 08 89 PAG 6735 COL 01.
14 08 1989	(CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)	RELATOR DEP TITO COSTA. DCN1 23 08 89 PAG 8413 COL 03.
29 11 1989	(CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)	<u>APROVAÇÃO UNANIME DO PARECER DO RELATOR, DEP TITO COSTA, PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TECNICA LEGISLATIVA, COM EMENDA.</u> DCN1 03 03 90 PAG 0933 COL 03.
31 05 1990	(CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)	RELATOR DEP PAULO PAIM. DCN1 02 06 90 PAG 6277 COL 03.
18 10 1990	(CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)	PARECER FAVORAVEL DO RELATOR, DEP PAULO PAIM, COM ADOÇÃO DA EMENDA DA CCJR.
14 11 1990	(CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)	<u>APROVAÇÃO UNANIME DO PARECER FAVORAVEL DO RELATOR, DEP PAULO PAIM, COM ADOÇÃO DA EMENDA DA CCJR.</u> DCN1 24 01 91 PAG 15073 COL 01.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº 3.112-A, DE 1989

(Do Sr. Tarso Genro)

Introduz § 1º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda; e, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com adoção da emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

(Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, a que se referem os pareceres.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescido ao texto da CLT, em seu art. 626, o seguinte parágrafo:

"§ 1º A fiscalização referida no caput deste artigo poderá ser acompanhada por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

#### Justificação

O mero acompanhamento do fiscal não traduz nenhuma intromissão dos interessados na esfera de competência do poder público. Trata-se, como é transparente concluir, de aperfeiçoar o processo fiscalizatório, permitindo que tanto os trabalhadores como os empresários, tenham ciência direta dos métodos usados e da intensidade do trabalho do Estado, no particular.

Convém notar que a fiscalização tem caráter educativo e que a presença da representação sindical socializará, para as categorias respectivas, o conhecimento das exigências legais, para o bom funcionamento da empresa.

Sala das Sessões, \_\_\_\_\_ Deputado Tarso Genro, PT/RS.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### TÍTULO VII

Do Processo de Multas Administrativas

#### CAPÍTULO I

Da Fiscalização, da Autuação, e da Imposição de Multas

Art. 626. Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

Parágrafo Único. Os fiscais dos institutos de seguro social e das entidades paraestatais em geral, dependentes do Ministério do Trabalho (MTb), serão competentes para a fiscalização a que se refere o presente artigo, na forma das instituições que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho.

#### PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

#### I \_ Relatório

Pretende o autor, através deste projeto, introduzir um parágrafo ao art. 626 da CLT, de modo a permitir que a fiscalização das normas de proteção ao trabalho sejam acompanhadas por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento.

Em suas justificações, explica que a razão da proposta é aperfeiçoar o processo fiscalizatório, permitindo que tanto empregado como empresário tenham ciência direta dos métodos e da intensidade do trabalho do particular.

Nos termos regimentais compete a este órgão colegiado apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

É ela constitucional e jurídica, já que não viola dispositivos constitucionais relativos à competência para legislar ou iniciar o processo legislativo (arts. 22 e 61 da Constituição). Merece pequeno reparo e técnica legislativa a fim de desmembrar o comando existente no art. 2º, desdobrando-se em dois.

#### II \_ Voto do Relator

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, na forma da emenda proposta.

Sala da Comissão, 11 de outubro de 1989. \_ Deputado Tito Costa.

#### EMENDA

Desdobre-se o art. 2º em dois artigos, 3º e 4º, respectivamente com as seguintes redações:

"Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4<sup>a</sup> Revogam-se as disposições em contrário."

Sala da Comissão, 11 de outubro de 1989. \_  
Deputado **Tito Costa**.

### III \_ Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e Redação, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, do Projeto de Lei nº 3.112/89, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Nelson Jobim, Presidente; João Natal, Vice-Presidente; Arnaldo Moraes, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Mendes Ribeiro, Michel Temer, Aloysio Chaves, Dionísio Hage, Eliézer Moreira, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Doutel de Andrade, Benedicto Monteiro, José Genoíno, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Roberto Freire, Nilson Gibson, Osvaldo Macedo, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Sérgio Spada, Theodoro Mendes, Tito Costa, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Juarez Marques Batista, Sigmaringa Seixas, Ibrahim Abi-Ackel, Sílvio Abreu, Roberto Torres, Afrísio Vieira Lima, Aluizio Campos, Alcides Lima, Adylson Motta, Jesus Tajra, Rodrigues Palma e Gonzaga Patriota.

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. \_  
Deputado **Nelson Jobim**, Presidente \_  
Deputado **Tito Costa**, Relator.

#### EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO

Desdobre-se o art. 2<sup>a</sup> do projeto em dois artigos, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup>, respectivamente, com as seguintes redações:

"Art. 3<sup>a</sup> Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4<sup>a</sup> Revogam-se as disposições em contrário."

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. \_  
Deputado **Nelson Jobim**, Presidente \_  
Deputado **Tito Costa**, Relator.

#### PARECER DA COMISSÃO DO TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

##### I \_ Relatório

O Projeto de Lei nº 3.112/89, de autoria do Deputado Tarso Genro, acrescenta parágrafo ao

art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A iniciativa objetiva permitir a participação de representantes das categorias econômicas e profissionais na fiscalização das normas de proteção ao trabalho.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação posicionou-se favoravelmente à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.112/89, de acordo com o parecer do relator, Deputado Tito Costa.

A proposição foi distribuída para a Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público.

É o relatório.

##### II \_ Voto do Relator

A Constituição de 1988, em seu art. 7<sup>a</sup>, inciso XXII, eleva a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, à categoria de direito dos trabalhadores.

O Projeto de Lei nº 3.112/89, ao permitir a participação de empregados e empregadores na fiscalização das normas de proteção ao trabalho, democratiza as relações de trabalho e torna mais eficaz o controle das condições de segurança, higiene e saúde das unidades de produção.

Somos, pois, favoráveis ao Projeto de Lei nº 3.112/89, com a emenda apresentada pelo relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Sala das Comissões, de outubro de 1990. \_  
Deputado **Paulo Paim**.

##### III \_ Parecer da Comissão

A Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.112/89, nos termos da emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados: Amaury Müller, Presidente; Paulo Paim, (Relator); Carlos Alberto Caó, Haroldo Sabóia, José Tavares, Mauro Sampaio, Francisco Amaral, Costa Ferreira, Eraldo Trindade, Célio de Castro, Geraldo Campos, Mário Lima, Augusto Carvalho, Edmilson Valentim, Aristides Cunha, José da Conceição e Nilson Gibson.

Sala da Comissão, 14 de novembro de 1990. \_  
Deputado **Amaury Müller**, Presidente \_  
Deputado **Paulo Paim**, Relator.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº 3.112-A, DE 1989

(Do Sr. Tarso Genro)

Introduz § 1º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda; e, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com adoção da emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

(Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, a que se referem os pareceres.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescido ao texto da CLT, em seu art. 626, o seguinte parágrafo:

"§ 1º A fiscalização referida no **caput** deste artigo poderá ser acompanhada por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

#### Justificação

O mero acompanhamento do fiscal não traduz nenhuma intromissão dos interessados na esfera de competência do poder público. Trata-se, como é transparente concluir, de aperfeiçoar o processo fiscalizatório, permitindo que tanto os trabalhadores como os empresários, tenham ciência direta dos métodos usados e da intensidade do trabalho do Estado, no particular.

Convém notar que a fiscalização tem caráter educativo e que a presença da representação sindical socializará, para as categorias respectivas, o conhecimento das exigências legais, para o bom funcionamento da empresa.

Sala das Sessões, \_\_\_\_\_ Deputado Tarso Genro, PT/RS.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de  
1º de maio de 1943.

#### TÍTULO VII

#### Do Processo de Multas Administrativas

#### CAPÍTULO I

#### Da Fiscalização, da Autuação, e da Imposição de Multas

Art. 626. Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

Parágrafo Único. Os fiscais dos institutos de seguro social e das entidades paraestatais em geral, dependentes do Ministério do Trabalho (MTb), serão competentes para a fiscalização a que se refere o presente artigo, na forma das instituições que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho.

#### PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

#### I \_ Relatório

Pretende o autor, através deste projeto, introduzir um parágrafo ao art. 626 da CLT, de modo a permitir que a fiscalização das normas de proteção ao trabalho sejam acompanhadas por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento.

Em suas justificações, explica que a razão da proposta é aperfeiçoar o processo fiscalizatório, permitindo que tanto empregado como empresário tenham ciência direta dos métodos e da intensidade do trabalho do particular.

Nos termos regimentais compete a este órgão colegiado apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

É ela constitucional e jurídica, já que não viola dispositivos constitucionais relativos à competência para legislar ou iniciar o processo legislativo (arts. 22 e 61 da Constituição). Merece pequeno reparo e técnica legislativa a fim de desmembrar o comando existente no art. 2º, desdobrando-se em dois.

#### II \_ Voto do Relator

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, na forma da emenda proposta.

Sala da Comissão, 11 de outubro de 1989. \_  
Deputado Tito Costa.

#### EMENDA

Desdobre-se o art. 2º em dois artigos, 3º e 4º, respectivamente com as seguintes redações:

"Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4<sup>a</sup> Revogam-se as disposições em contrário."

Sala da Comissão, 11 de outubro de 1989. \_  
Deputado **Tito Costa**.

### III \_ Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e Redação, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, do Projeto de Lei nº 3.112/89, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Nelson Jobim, Presidente; João Natal, Vice-Presidente; Arnaldo Moraes, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Mendes Ribeiro, Michel Temer, Aloysio Chaves, Dionísio Hage, Eliézer Moreira, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Doutel de Andrade, Benedicto Monteiro, José Genoíno, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Roberto Freire, Nilson Gibson, Osvaldo Macedo, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Sérgio Spada, Theodoro Mendes, Tito Costa, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Juarez Marques Batista, Sigmaringa Seixas, Ibrahim Abi-Ackel, Sílvio Abreu, Roberto Torres, Afrísio Vieira Lima, Aluizio Campos, Alcides Lima, Adylson Motta, Jesus Tajra, Rodrigues Palma e Gonzaga Patriota.

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. \_  
Deputado **Nelson Jobim**, Presidente \_ Deputado **Tito Costa**, Relator.

#### EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO

Desdobre-se o art. 2<sup>a</sup> do projeto em dois artigos, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup>, respectivamente, com as seguintes redações:

"Art. 3<sup>a</sup> Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4<sup>a</sup> Revogam-se as disposições em contrário."

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. \_  
Deputado **Nelson Jobim**, Presidente \_ Deputado **Tito Costa**, Relator.

#### PARECER DA COMISSÃO DO TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

### I \_ Relatório

O Projeto de Lei nº 3.112/89, de autoria do Deputado Tarso Genro, acrescenta parágrafo ao

art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A iniciativa objetiva permitir a participação de representantes das categorias econômicas e profissionais na fiscalização das normas de proteção ao trabalho.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação posicionou-se favoravelmente à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.112/89, de acordo com o parecer do relator, Deputado Tito Costa.

A proposição foi distribuída para a Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público.

É o relatório.

### II \_ Voto do Relator

A Constituição de 1988, em seu art. 7<sup>a</sup>, inciso XXII, eleva a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, à categoria de direito dos trabalhadores.

O Projeto de Lei nº 3.112/89, ao permitir a participação de empregados e empregadores na fiscalização das normas de proteção ao trabalho, democratiza as relações de trabalho e torna mais eficaz o controle das condições de segurança, higiene e saúde das unidades de produção.

Somos, pois, favoráveis ao Projeto de Lei nº 3.112/89, com a emenda apresentada pelo relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Sala das Comissões, de outubro de 1990. \_  
Deputado **Paulo Paim**.

### III \_ Parecer da Comissão

A Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.112/89, nos termos da emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados: Amaury Müller, Presidente; Paulo Paim, (Relator); Carlos Alberto Caó, Haroldo Sabóia, José Tavares, Mauro Sampaio, Francisco Amaral, Costa Ferreira, Eraldo Trindade, Célio de Castro, Geraldo Campos, Mário Lima, Augusto Carvalho, Edmilson Valentim, Aristides Cunha, José da Conceição e Nilson Gibson.

Sala da Comissão, 14 de novembro de 1990. \_  
Deputado **Amaury Müller**, Presidente \_ Deputado **Paulo Paim**, Relator.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.112-B, DE 1989

Acrescenta parágrafo ao art. 626 da  
Consolidação das Leis do Trabalho

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 626 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - CLT, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se como § 2º o seu parágrafo único:

"Art. 626. ....

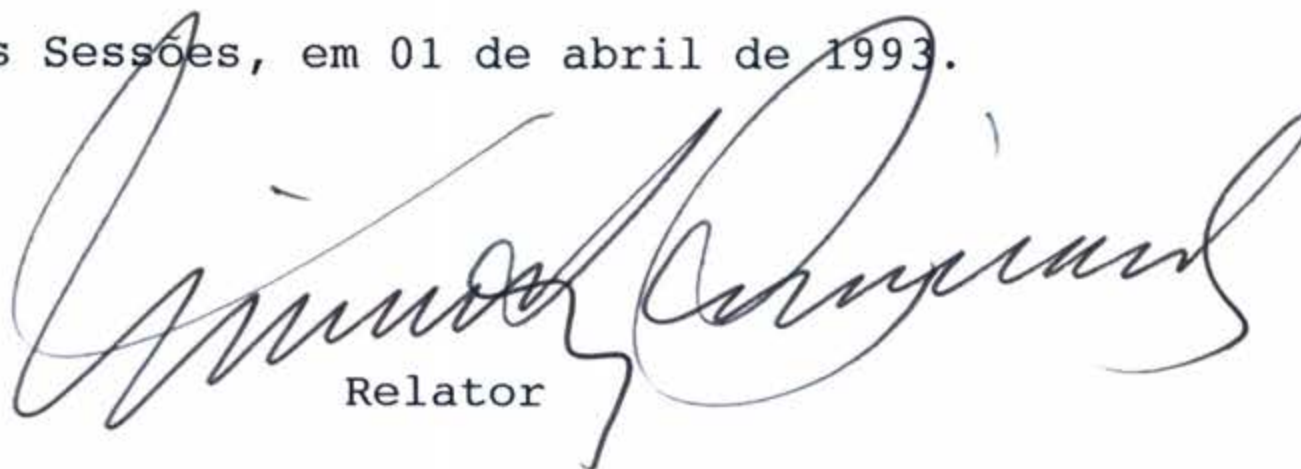
§ 1º A fiscalização referida no "caput" deste artigo poderá ser acompanhada por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento.

....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1993.



Relator



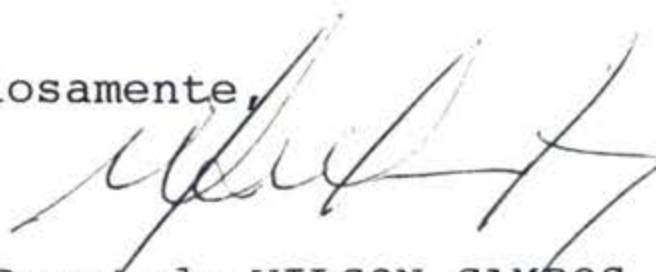
PS-GSE/ 139 /93

Brasília, em 19 de abril de 1993.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei nº 3.112-B, de 1989, da Câmara dos Deputados, que "acrescenta parágrafo ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho".

Atenciosamente,



Deputado WILSON CAMPOS  
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor  
Senador JÚLIO CAMPOS  
DD. Primeiro-Secretário do Senado Federal  
N E S T A

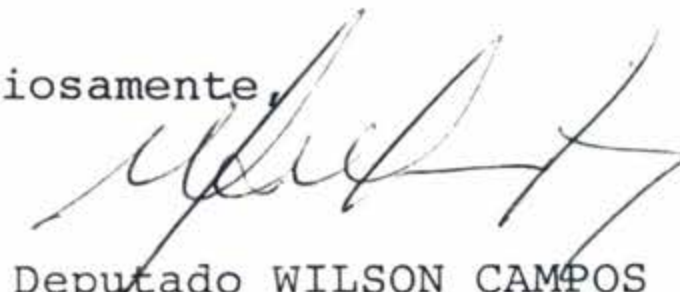
PS-GSE/ 139 /93

Brasília, em 19 de abril de 1993.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei nº 3.112-B, de 1989, da Câmara dos Deputados, que "acrescenta parágrafo ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho".

Atenciosamente,



Deputado WILSON CAMPOS  
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor  
Senador JÚLIO CAMPOS  
DD. Primeiro-Secretário do Senado Federal  
N E S T A



Acrescenta parágrafo ao art. 626 da  
Consolidação das Leis do Trabalho

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 626 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - CLT, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se como § 2º o seu parágrafo único:

"Art. 626. ....

§ 1º A fiscalização referida no "caput" deste artigo poderá ser acompanhada por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento.

....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 19 de abril de 1993.



## EMENTA

Introduz parágrafo 1º ao artigo 626 da Consolidação das Leis do Trabalho.  
(Determinando que a fiscalização do cumprimento das normas de proteção ao trabalho poderá ser acompanhada por representantes das categorias econômicas e profissionais).

TARSO GENRO  
PT - RS

## ANDAMENTO

Sancionado ou promulgado

28.06.89

PLENÁRIO

Fala o autor, apresentando o projeto.

DCN

Publicado no Diário Oficial de

Vetado

MESA

Despacho: Às Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Trabalho.

Razões do veto-publicadas no

02.08.89

PLENÁRIO

É lido e vai a imprimir.

DCN 03.08.89, pág. 6735, col. 01.

14.08.89

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Distribuído ao relator, Dep. TITO COSTA.

DCN 23.08.89, pág. 8413, col. 03.

29.11.89

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. TITO COSTA, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.

DCN 03.03.90, pág. 0933, col. 03.

31.05.90

COMISSÃO DE TRABALHO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Distribuído ao relator, Dep. PAULO PAIM.

DCN 02.06.90, pág. 6277, col. 03.



PL 3.112/88

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

18.10.90

Parecer favorável do relator Dep. PAULO PAIM, com adoção da emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

14.11.90

Aprovado unanimemente o parecer favorável do relator, Dep. PAULO PAIM, com adoção da emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

DCN 24.01.91, pág. 15073, col. 01.

PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

06.12.90

É lido e vai a imprimir, tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda; e, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com adoção da emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

(PL. 3.112-A/89)

DCN 07.12.90, pág. 13719, col. 03

continua...

## ANDAMENTO

PLENÁRIO

01.04.93

Discussão em Turno Único.

Encerrada a Discussão.

Em votação a emenda da CCJR: APROVADA.Em votação o projeto: APROVADO.

Vai à Redação Final.

PLENÁRIO

01.04.93

Em votação a Redação Final oferecida pelo relator, Dep. NILSON GIBSON APROVADA.

Vai ao Senado Federal.

(PL. 3.112-B/89)

AO SENADO FEDERAL, ATRAVÉS DO OF.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº 3.112-A, DE 1989

(Do Sr. Tarso Genro)

Introduz § 1º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda; e, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com adoção da emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

(Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, a que se referem os pareceres.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescido ao texto da CLT, em seu art. 626, o seguinte parágrafo:

"§ 1º A fiscalização referida no caput deste artigo poderá ser acompanhada por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

#### Justificação

O mero acompanhamento do fiscal não traduz nenhuma intromissão dos interessados na esfera de competência do poder público. Trata-se, como é transparente concluir, de aperfeiçoar o processo fiscalizatório, permitindo que tanto os trabalhadores como os empresários, tenham ciência direta dos métodos usados e da intensidade do trabalho do Estado, no particular.

Convém notar que a fiscalização tem caráter educativo e que a presença da representação sindical socializará, para as categorias respectivas, o conhecimento das exigências legais, para o bom funcionamento da empresa.

Sala das Sessões, \_\_\_\_\_ Deputado Tarso Genro, PT/RS.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### TÍTULO VII

#### Do Processo de Multas Administrativas

#### CAPÍTULO I

#### Da Fiscalização, da Autuação, e da Imposição de Multas

Art. 626. Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

Parágrafo único. Os fiscais dos institutos de seguro social e das entidades paraestatais em geral, dependentes do Ministério do Trabalho (MTb), serão competentes para a fiscalização a que se refere o presente artigo, na forma das instituições que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho.

#### PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

#### I \_ Relatório

Pretende o autor, através deste projeto, introduzir um parágrafo ao art. 626 da CLT, de modo a permitir que a fiscalização das normas de proteção ao trabalho sejam acompanhadas por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento.

Em suas justificações, explica que a razão da proposta é aperfeiçoar o processo fiscalizatório, permitindo que tanto empregado como empresário tenham ciência direta dos métodos e da intensidade do trabalho do particular.

Nos termos regimentais compete a este órgão colegiado apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

É ela constitucional e jurídica, já que não viola dispositivos constitucionais relativos à competência para legislar ou iniciar o processo legislativo (arts. 22 e 61 da Constituição). Merece pequeno reparo e técnica legislativa a fim de desmembrar o comando existente no art. 2º, desdobrando-se em dois.

#### II \_ Voto do Relator

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, na forma da emenda proposta.

Sala da Comissão, 11 de outubro de 1989. \_  
Deputado Tito Costa.

#### EMENDA

Desdobre-se o art. 2º em dois artigos, 3º e 4º, respectivamente com as seguintes redações:

"Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4<sup>a</sup> Revogam-se as disposições em contrário."

Sala da Comissão, 11 de outubro de 1989. \_  
Deputado **Tito Costa**.

### III \_ Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e Redação, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, do Projeto de Lei nº 3.112/89, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Nelson Jobim, Presidente; João Natal, Vice-Presidente; Arnaldo Moraes, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Mendes Ribeiro, Michel Temer, Aloysio Chaves, Dionísio Hage, Eliézer Moreira, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Doutel de Andrade, Benedicto Monteiro, José Genoíno, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Roberto Freire, Nilson Gibson, Osvaldo Macedo, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Sérgio Spada, Theodoro Mendes, Tito Costa, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Juarez Marques Batista, Sigmaringa Seixas, Ibrahim Abi-Ackel, Sílvio Abreu, Roberto Torres, Afrísio Vieira Lima, Aluizio Campos, Alcides Lima, Adylson Motta, Jesus Tajra, Rodrigues Palma e Gonzaga Patriota.

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. \_  
Deputado **Nelson Jobim**, Presidente \_ Deputado **Tito Costa**, Relator.

#### EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO

Desdobre-se o art. 2<sup>a</sup> do projeto em dois artigos, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup>, respectivamente, com as seguintes redações:

"Art. 3<sup>a</sup> Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4<sup>a</sup> Revogam-se as disposições em contrário."

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. \_  
Deputado **Nelson Jobim**, Presidente \_ Deputado **Tito Costa**, Relator.

#### PARECER DA COMISSÃO DO TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

##### I \_ Relatório

O Projeto de Lei nº 3.112/89, de autoria do Deputado Tarso Genro, acrescenta parágrafo ao

art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A iniciativa objetiva permitir a participação de representantes das categorias econômicas e profissionais na fiscalização das normas de proteção ao trabalho.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação posicionou-se favoravelmente à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.112/89, de acordo com o parecer do relator, Deputado Tito Costa.

A proposição foi distribuída para a Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público.

É o relatório.

##### II \_ Voto do Relator

A Constituição de 1988, em seu art. 7<sup>a</sup>, inciso XXII, eleva a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, à categoria de direito dos trabalhadores.

O Projeto de Lei nº 3.112/89, ao permitir a participação de empregados e empregadores na fiscalização das normas de proteção ao trabalho, democratiza as relações de trabalho e torna mais eficaz o controle das condições de segurança, higiene e saúde das unidades de produção.

Somos, pois, favoráveis ao Projeto de Lei nº 3.112/89, com a emenda apresentada pelo relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Sala das Comissões, de outubro de 1990. \_  
Deputado **Paulo Paim**.

##### III \_ Parecer da Comissão

A Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.112/89, nos termos da emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados: Amaury Müller, Presidente; Paulo Paim, (Relator); Carlos Alberto Caó, Haroldo Sabóia, José Tavares, Mauro Sampaio, Francisco Amaral, Costa Ferreira, Eraldo Trindade, Célio de Castro, Geraldo Campos, Mário Lima, Augusto Carvalho, Edmilson Valentim, Aristides Cunha, José da Conceição e Nilson Gibson.

Sala da Comissão, 14 de novembro de 1990. \_  
Deputado **Amaury Müller**, Presidente \_ Deputado **Paulo Paim**, Relator.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº 3.112-A, DE 1989

(Do Sr. Tarso Genro)

Introduz § 1º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda; e, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com adoção da emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

(Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, a que se referem os pareceres.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescido ao texto da CLT, em seu art. 626, o seguinte parágrafo:

"§ 1º A fiscalização referida no caput deste artigo poderá ser acompanhada por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

#### Justificação

O mero acompanhamento do fiscal não traduz nenhuma intromissão dos interessados na esfera de competência do poder público. Trata-se, como é transparente concluir, de aperfeiçoar o processo fiscalizatório, permitindo que tanto os trabalhadores como os empresários, tenham ciência direta dos métodos usados e da intensidade do trabalho do Estado, no particular.

Convém notar que a fiscalização tem caráter educativo e que a presença da representação sindical socializará, para as categorias respectivas, o conhecimento das exigências legais, para o bom funcionamento da empresa.

Sala das Sessões, \_\_\_\_\_ Deputado Tarso Genro, PT/RS.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### TÍTULO VII

#### Do Processo de Multas Administrativas

#### CAPÍTULO I

#### Da Fiscalização, da Autuação, e da Imposição de Multas

Art. 626. Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

Parágrafo único. Os fiscais dos institutos de seguro social e das entidades paraestatais em geral, dependentes do Ministério do Trabalho (MTb), serão competentes para a fiscalização a que se refere o presente artigo, na forma das instituições que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho.

#### PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

#### I \_ Relatório

Pretende o autor, através deste projeto, introduzir um parágrafo ao art. 626 da CLT, de modo a permitir que a fiscalização das normas de proteção ao trabalho sejam acompanhadas por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento.

Em suas justificações, explica que a razão da proposta é aperfeiçoar o processo fiscalizatório, permitindo que tanto empregado como empresário tenham ciência direta dos métodos e da intensidade do trabalho do particular.

Nos termos regimentais compete a este órgão colegiado apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

É ela constitucional e jurídica, já que não viola dispositivos constitucionais relativos à competência para legislar ou iniciar o processo legislativo (arts. 22 e 61 da Constituição). Merece pequeno reparo e técnica legislativa a fim de desmembrar o comando existente no art. 2º, desdobrando-se em dois.

#### II \_ Voto do Relator

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, na forma da emenda proposta.

Sala da Comissão, 11 de outubro de 1989. \_  
Deputado Tito Costa.

#### EMENDA

Desdobre-se o art. 2º em dois artigos, 3º e 4º, respectivamente com as seguintes redações:

"Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4ª Revogam-se as disposições em contrário."

Sala da Comissão, 11 de outubro de 1989. \_  
Deputado **Tito Costa**.

### III \_ Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e Redação, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, do Projeto de Lei nº 3.112/89, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Nelson Jobim, Presidente; João Natal, Vice-Presidente; Arnaldo Moraes, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Mendes Ribeiro, Michel Temer, Aloysio Chaves, Dionísio Hage, Eliézer Moreira, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Doutel de Andrade, Benedicto Monteiro, José Genoíno, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Roberto Freire, Nilson Gibson, Osvaldo Macedo, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Sérgio Spada, Theodoro Mendes, Tito Costa, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Juarez Marques Batista, Sigmaringa Seixas, Ibrahim Abi-Ackel, Sílvio Abreu, Roberto Torres, Afrísio Vieira Lima, Aluizio Campos, Alcides Lima, Adylson Motta, Jesus Tajra, Rodrigues Palma e Gonzaga Patriota.

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. \_  
Deputado **Nelson Jobim**, Presidente \_ Deputado **Tito Costa**, Relator.

#### EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO

Desdobre-se o art. 2º do projeto em dois artigos, 3º e 4º, respectivamente, com as seguintes redações:

"Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário."

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. \_  
Deputado **Nelson Jobim**, Presidente \_ Deputado **Tito Costa**, Relator.

#### PARECER DA COMISSÃO DO TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

##### I \_ Relatório

O Projeto de Lei nº 3.112/89, de autoria do Deputado Tarso Genro, acrescenta parágrafo ao

art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A iniciativa objetiva permitir a participação de representantes das categorias econômicas e profissionais na fiscalização das normas de proteção ao trabalho.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação posicionou-se favoravelmente à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.112/89, de acordo com o parecer do relator, Deputado Tito Costa.

A proposição foi distribuída para a Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público.

É o relatório.

##### II \_ Voto do Relator

A Constituição de 1988, em seu art. 7º, inciso XXII, eleva a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, à categoria de direito dos trabalhadores.

O Projeto de Lei nº 3.112/89, ao permitir a participação de empregados e empregadores na fiscalização das normas de proteção ao trabalho, democratiza as relações de trabalho e torna mais eficaz o controle das condições de segurança, higiene e saúde das unidades de produção.

Somos, pois, favoráveis ao Projeto de Lei nº 3.112/89, com a emenda apresentada pelo relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Sala das Comissões, de outubro de 1990. \_  
Deputado **Paulo Paim**.

##### III \_ Parecer da Comissão

A Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.112/89, nos termos da emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados: Amaury Müller, Presidente; Paulo Paim, (Relator); Carlos Alberto Caó, Haroldo Sabóia, José Tavares, Mauro Sampaio, Francisco Amaral, Costa Ferreira, Eraldo Trindade, Célio de Castro, Geraldo Campos, Mário Lima, Augusto Carvalho, Edmilson Valentim, Aristides Cunha, José da Conceição e Nilson Gibson.

Sala da Comissão, 14 de novembro de 1990. \_  
Deputado **Amaury Müller**, Presidente \_ Deputado **Paulo Paim**, Relator.





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO DE LEI Nº 3.112-A, DE 1989

(Do Sr. Tarso Genro)

Introduz § 1º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda; e, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com adoção da emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

(Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, a que se referem os pareceres.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescido ao texto da CLT, em seu art. 626, o seguinte parágrafo:

"§ 1º A fiscalização referida no caput deste artigo poderá ser acompanhada por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

### Justificação

O mero acompanhamento do fiscal não traduz nenhuma intromissão dos interessados na esfera de competência do poder público. Trata-se, como é transparente concluir, de aperfeiçoar o processo fiscalizatório, permitindo que tanto os trabalhadores como os empresários, tenham ciência direta dos métodos usados e da intensidade do trabalho do Estado, no particular.

Convém notar que a fiscalização tem caráter educativo e que a presença da representação sindical socializará, para as categorias respectivas, o conhecimento das exigências legais, para o bom funcionamento da empresa.

Sala das Sessões, \_\_\_\_\_ Deputado Tarso Genro, PT/RS.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de  
1º de maio de 1943.

### TÍTULO VII

#### Do Processo de Multas Administrativas

#### CAPÍTULO I

#### Da Fiscalização, da Autuação, e da Imposição de Multas

Art. 626. Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

Parágrafo único. Os fiscais dos institutos de seguro social e das entidades paraestatais em geral, dependentes do Ministério do Trabalho (MTb), serão competentes para a fiscalização a que se refere o presente artigo, na forma das instituições que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho.

### PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

#### I \_ Relatório

Pretende o autor, através deste projeto, introduzir um parágrafo ao art. 626 da CLT, de modo a permitir que a fiscalização das normas de proteção ao trabalho sejam acompanhadas por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento.

Em suas justificações, explica que a razão da proposta é aperfeiçoar o processo fiscalizatório, permitindo que tanto empregado como empresário tenham ciência direta dos métodos e da intensidade do trabalho do particular.

Nos termos regimentais compete a este órgão colegiado apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

É ela constitucional e jurídica, já que não viola dispositivos constitucionais relativos à competência para legislar ou iniciar o processo legislativo (arts. 22 e 61 da Constituição). Merece pequeno reparo e técnica legislativa a fim de desmembrar o comando existente no art. 2º, desdobrando-se em dois.

#### II \_ Voto do Relator

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, na forma da emenda proposta.

Sala da Comissão, 11 de outubro de 1989. \_  
Deputado Tito Costa.

#### EMENDA

Desdobre-se o art. 2º em dois artigos, 3º e 4º, respectivamente com as seguintes redações:

"Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4<sup>a</sup> Revogam-se as disposições em contrário."

Sala da Comissão, 11 de outubro de 1989. \_  
Deputado **Tito Costa**.

### III \_ Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e Redação, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, do Projeto de Lei nº 3.112/89, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Nelson Jobim, Presidente; João Natal, Vice-Presidente; Arnaldo Moraes, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Mendes Ribeiro, Michel Temer, Aloysio Chaves, Dionísio Hage, Eliézer Moreira, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Doutel de Andrade, Benedicto Monteiro, José Genoíno, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Roberto Freire, Nilson Gibson, Osvaldo Macedo, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Sérgio Spada, Theodoro Mendes, Tito Costa, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Juarez Marques Batista, Sigmaringa Seixas, Ibrahim Abi-Ackel, Sílvio Abreu, Roberto Torres, Afrísio Vieira Lima, Aluizio Campos, Alcides Lima, Adylson Motta, Jesus Tajra, Rodrigues Palma e Gonzaga Patriota.

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. \_  
Deputado **Nelson Jobim**, Presidente \_  
Deputado **Tito Costa**, Relator.

#### EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO

Desdobre-se o art. 2<sup>a</sup> do projeto em dois artigos, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup>, respectivamente, com as seguintes redações:

"Art. 3<sup>a</sup> Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4<sup>a</sup> Revogam-se as disposições em contrário."

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. \_  
Deputado **Nelson Jobim**, Presidente \_  
Deputado **Tito Costa**, Relator.

#### PARECER DA COMISSÃO DO TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

##### I \_ Relatório

O Projeto de Lei nº 3.112/89, de autoria do Deputado Tarso Genro, acrescenta parágrafo ao

art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A iniciativa objetiva permitir a participação de representantes das categorias econômicas e profissionais na fiscalização das normas de proteção ao trabalho.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação posicionou-se favoravelmente à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.112/89, de acordo com o parecer do relator, Deputado Tito Costa.

A proposição foi distribuída para a Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público.

É o relatório.

##### II \_ Voto do Relator

A Constituição de 1988, em seu art. 7<sup>a</sup>, inciso XXII, eleva a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, à categoria de direito dos trabalhadores.

O Projeto de Lei nº 3.112/89, ao permitir a participação de empregados e empregadores na fiscalização das normas de proteção ao trabalho, democratiza as relações de trabalho e torna mais eficaz o controle das condições de segurança, higiene e saúde das unidades de produção.

Somos, pois, favoráveis ao Projeto de Lei nº 3.112/89, com a emenda apresentada pelo relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Sala das Comissões, de outubro de 1990. \_  
Deputado **Paulo Paim**.

##### III \_ Parecer da Comissão

A Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.112/89, nos termos da emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados: Amaury Müller, Presidente; Paulo Paim, (Relator); Carlos Alberto Caó, Haroldo Sabóia, José Tavares, Mauro Sampaio, Francisco Amaral, Costa Ferreira, Eraldo Trindade, Célio de Castro, Geraldo Campos, Mário Lima, Augusto Carvalho, Edmilson Valentim, Aristides Cunha, José da Conceição e Nilson Gibson.

Sala da Comissão, 14 de novembro de 1990. \_  
Deputado **Amaury Müller**, Presidente \_  
Deputado **Paulo Paim**, Relator.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº 3.112-A, DE 1989

(Do Sr. Tarso Genro)

Introduz § 1º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda; e, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com adoção da emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

(Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, a que se referem os pareceres.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescido ao texto da CLT, em seu art. 626, o seguinte parágrafo:

"§ 1º A fiscalização referida no **caput** deste artigo poderá ser acompanhada por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

#### Justificação

O mero acompanhamento do fiscal não traduz nenhuma intromissão dos interessados na esfera de competência do poder público. Trata-se, como é transparente concluir, de aperfeiçoar o processo fiscalizatório, permitindo que tanto os trabalhadores como os empresários, tenham ciência direta dos métodos usados e da intensidade do trabalho do Estado, no particular.

Convém notar que a fiscalização tem caráter educativo e que a presença da representação sindical socializará, para as categorias respectivas, o conhecimento das exigências legais, para o bom funcionamento da empresa.

Sala das Sessões, \_\_\_\_\_ Deputado Tarso Genro, PT/RS.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de  
1º de maio de 1943.

#### TÍTULO VII

Do Processo de Multas Administrativas

#### CAPÍTULO I

Da Fiscalização, da Autuação,  
e da Imposição de Multas

Art. 626. Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

Parágrafo único. Os fiscais dos institutos de seguro social e das entidades paraestatais em geral, dependentes do Ministério do Trabalho (MTb), serão competentes para a fiscalização a que se refere o presente artigo, na forma das instituições que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho.

#### PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

#### I \_ Relatório

Pretende o autor, através deste projeto, introduzir um parágrafo ao art. 626 da CLT, de modo a permitir que a fiscalização das normas de proteção ao trabalho sejam acompanhadas por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento.

Em suas justificações, explica que a razão da proposta é aperfeiçoar o processo fiscalizatório, permitindo que tanto empregado como empresário tenham ciência direta dos métodos e da intensidade do trabalho do particular.

Nos termos regimentais compete a este órgão colegiado apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

É ela constitucional e jurídica, já que não viola dispositivos constitucionais relativos à competência para legislar ou iniciar o processo legislativo (arts. 22 e 61 da Constituição). Merece pequeno reparo e técnica legislativa a fim de desmembrar o comando existente no art. 2º, desdobrando-se em dois.

#### II \_ Voto do Relator

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, na forma da emenda proposta.

Sala da Comissão, 11 de outubro de 1989. \_  
Deputado Tito Costa.

#### EMENDA

Desdobre-se o art. 2º em dois artigos, 3º e 4º, respectivamente com as seguintes redações:

"Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4ª Revogam-se as disposições em contrário."

Sala da Comissão, 11 de outubro de 1989. \_  
Deputado **Tito Costa**.

### III \_ Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e Redação, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, do Projeto de Lei nº 3.112/89, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Nelson Jobim, Presidente; João Natal, Vice-Presidente; Arnaldo Moraes, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Mendes Ribeiro, Michel Temer, Aloysio Chaves, Dionísio Hage, Eliézer Moreira, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Doutel de Andrade, Benedicto Monteiro, José Genoíno, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Roberto Freire, Nilson Gibson, Osvaldo Macedo, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Sérgio Spada, Theodoro Mendes, Tito Costa, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Juarez Marques Batista, Sigmaringa Seixas, Ibrahim Abi-Ackel, Sílvio Abreu, Roberto Torres, Afrísio Vieira Lima, Aluizio Campos, Alcides Lima, Adylson Motta, Jesus Tajra, Rodrigues Palma e Gonzaga Patriota.

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. \_  
Deputado **Nelson Jobim**, Presidente \_ Deputado **Tito Costa**, Relator.

#### EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO

Desdobre-se o art. 2ª do projeto em dois artigos, 3ª e 4ª, respectivamente, com as seguintes redações:

"Art. 3ª Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4ª Revogam-se as disposições em contrário."

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. \_  
Deputado **Nelson Jobim**, Presidente \_ Deputado **Tito Costa**, Relator.

#### PARECER DA COMISSÃO DO TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

##### I \_ Relatório

O Projeto de Lei nº 3.112/89, de autoria do Deputado Tarso Genro, acrescenta parágrafo ao

art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A iniciativa objetiva permitir a participação de representantes das categorias econômicas e profissionais na fiscalização das normas de proteção ao trabalho.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação posicionou-se favoravelmente à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.112/89, de acordo com o parecer do relator, Deputado Tito Costa.

A proposição foi distribuída para a Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público.

É o relatório.

##### II \_ Voto do Relator

A Constituição de 1988, em seu art. 7ª, inciso XXII, eleva a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, à categoria de direito dos trabalhadores.

O Projeto de Lei nº 3.112/89, ao permitir a participação de empregados e empregadores na fiscalização das normas de proteção ao trabalho, democratiza as relações de trabalho e torna mais eficaz o controle das condições de segurança, higiene e saúde das unidades de produção.

Somos, pois, favoráveis ao Projeto de Lei nº 3.112/89, com a emenda apresentada pelo relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Sala das Comissões, de outubro de 1990. \_  
Deputado **Paulo Paim**.

##### III \_ Parecer da Comissão

A Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.112/89, nos termos da emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados: Amaury Müller, Presidente; Paulo Paim, (Relator); Carlos Alberto Caó, Haroldo Sabóia, José Tavares, Mauro Sampaio, Francisco Amaral, Costa Ferreira, Eraldo Trindade, Célio de Castro, Geraldo Campos, Mário Lima, Augusto Carvalho, Edmilson Valentim, Aristides Cunha, José da Conceição e Nilson Gibson.

Sala da Comissão, 14 de novembro de 1990. \_  
Deputado **Amaury Müller**, Presidente \_ Deputado **Paulo Paim**, Relator.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº 3.112-A, DE 1989

(Do Sr. Tarso Genro)

Introduz § 1º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda; e, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com adoção da emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

(Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, a que se referem os pareceres.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescido ao texto da CLT, em seu art. 626, o seguinte parágrafo:

"§ 1º A fiscalização referida no caput deste artigo poderá ser acompanhada por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

#### Justificação

O mero acompanhamento do fiscal não traduz nenhuma intromissão dos interessados na esfera de competência do poder público. Trata-se, como é transparente concluir, de aperfeiçoar o processo fiscalizatório, permitindo que tanto os trabalhadores como os empresários, tenham ciência direta dos métodos usados e da intensidade do trabalho do Estado, no particular.

Convém notar que a fiscalização tem caráter educativo e que a presença da representação sindical socializará, para as categorias respectivas, o conhecimento das exigências legais, para o bom funcionamento da empresa.

Sala das Sessões, \_\_\_\_\_ Deputado Tarso Genro, PT/RS.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### TÍTULO VII

#### Do Processo de Multas Administrativas

#### CAPÍTULO I

Da Fiscalização, da Autuação,  
e da Imposição de Multas

Art. 626. Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

Parágrafo Único. Os fiscais dos institutos de seguro social e das entidades paraestatais em geral, dependentes do Ministério do Trabalho (MTb), serão competentes para a fiscalização a que se refere o presente artigo, na forma das instituições que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho.

#### PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

#### I \_ Relatório

Pretende o autor, através deste projeto, introduzir um parágrafo ao art. 626 da CLT, de modo a permitir que a fiscalização das normas de proteção ao trabalho sejam acompanhadas por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento.

Em suas justificações, explica que a razão da proposta é aperfeiçoar o processo fiscalizatório, permitindo que tanto empregado como empresário tenham ciência direta dos métodos e da intensidade do trabalho do particular.

Nos termos regimentais compete a este órgão colegiado apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

É ela constitucional e jurídica, já que não viola dispositivos constitucionais relativos à competência para legislar ou iniciar o processo legislativo (arts. 22 e 61 da Constituição). Merece pequeno reparo e técnica legislativa a fim de desmembrar o comando existente no art. 2º, desdobrando-se em dois.

#### II \_ Voto do Relator

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, na forma da emenda proposta.

Sala da Comissão, 11 de outubro de 1989. \_  
Deputado Tito Costa.

#### EMENDA

Desdobre-se o art. 2º em dois artigos, 3º e 4º, respectivamente com as seguintes redações:

"Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4<sup>a</sup> Revogam-se as disposições em contrário."

Sala da Comissão, 11 de outubro de 1989. \_  
Deputado **Tito Costa**.

### III \_ Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e Redação, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, do Projeto de Lei nº 3.112/89, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Nelson Jobim, Presidente; João Natal, Vice-Presidente; Arnaldo Moraes, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Mendes Ribeiro, Michel Temer, Aloysio Chaves, Dionísio Hage, Eliézer Moreira, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Doutel de Andrade, Benedicto Monteiro, José Genoíno, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Roberto Freire, Nilson Gibson, Osvaldo Macedo, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Sérgio Spada, Theodoro Mendes, Tito Costa, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Juarez Marques Batista, Sigmaringa Seixas, Ibrahim Abi-Ackel, Sílvio Abreu, Roberto Torres, Afrísio Vieira Lima, Aluizio Campos, Alcides Lima, Adylson Motta, Jesus Tajra, Rodrigues Palma e Gonzaga Patriota.

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. \_  
Deputado **Nelson Jobim**, Presidente \_ Deputado **Tito Costa**, Relator.

#### EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO

Desdobre-se o art. 2<sup>a</sup> do projeto em dois artigos, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup>, respectivamente, com as seguintes redações:

"Art. 3<sup>a</sup> Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4<sup>a</sup> Revogam-se as disposições em contrário."

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. \_  
Deputado **Nelson Jobim**, Presidente \_ Deputado **Tito Costa**, Relator.

#### PARECER DA COMISSÃO DO TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

##### I \_ Relatório

O Projeto de Lei nº 3.112/89, de autoria do Deputado Tarso Genro, acrescenta parágrafo ao

art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A iniciativa objetiva permitir a participação de representantes das categorias econômicas e profissionais na fiscalização das normas de proteção ao trabalho.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação posicionou-se favoravelmente à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.112/89, de acordo com o parecer do relator, Deputado Tito Costa.

A proposição foi distribuída para a Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público.

É o relatório.

##### II \_ Voto do Relator

A Constituição de 1988, em seu art. 7<sup>a</sup>, inciso XXII, eleva a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, à categoria de direito dos trabalhadores.

O Projeto de Lei nº 3.112/89, ao permitir a participação de empregados e empregadores na fiscalização das normas de proteção ao trabalho, democratiza as relações de trabalho e torna mais eficaz o controle das condições de segurança, higiene e saúde das unidades de produção.

Somos, pois, favoráveis ao Projeto de Lei nº 3.112/89, com a emenda apresentada pelo relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Sala das Comissões, de outubro de 1990. \_  
Deputado **Paulo Paim**.

##### III \_ Parecer da Comissão

A Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.112/89, nos termos da emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados: Amaury Müller, Presidente; Paulo Paim, (Relator); Carlos Alberto Caó, Haroldo Sabóia, José Tavares, Mauro Sampaio, Francisco Amaral, Costa Ferreira, Eraldo Trindade, Célio de Castro, Geraldo Campos, Mário Lima, Augusto Carvalho, Edmilson Valentim, Aristides Cunha, José da Conceição e Nilson Gibson.

Sala da Comissão, 14 de novembro de 1990. \_  
Deputado **Amaury Müller**, Presidente \_ Deputado **Paulo Paim**, Relator.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

-7 OUT 17 55 83 028955



SECRETARIA DE LEGISLAÇÃO  
PROTÓTIPO 001

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROCESSO N.º 28955 / 99

PL 3112/89

INTERESSADO: Senado Federal 1º Secretário

PROCEDÊNCIA: \_\_\_\_\_

ASSUNTO: Proposição Legislativa



Lote: 65 Caixa: 124  
PL Nº 3112/1989  
37

SECRETARIA-GERAL DA CESA

Recebido	
Orgão	Nº
Data: 13/10/99	Hora: 18:08
Ass: <i>Angela</i>	Ponto: 3491



CÂMARA DOS DEPUTADOS

-7 OUT 17 55 8 028955

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÕES  
PROTOCOLO GERAL

Ofício nº 949 (SF)

Brasília, em 07 de outubro de 1999.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que, aprovado sem alterações pelo Senado Federal, em revisão, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para os fins constantes do art. 66 da Constituição Federal, o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1993 (PL nº 3.112, de 1989, nessa Casa), que “acrescenta § 2º ao art. 626 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho”.

Atenciosamente,

Senador Carlos Patrocínio  
Primeiro-Secretário, em exercício

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 13 / 10 / 1999, Ao Senhor  
Secretário-Geral da Mesa.

Deputado UBIRATAN AGUIAR  
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Ubiratan Aguiar  
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados  
jbs/.

ARQUIVE-SE

Em 15 / 10 / 1999

Secretário-Geral da Mesa



Acrescenta § 2º ao art. 626 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O art. 626 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 626. ....”

“§ 1º .....”

“§ 2º A fiscalização referida no *caput* deste artigo poderá ser acompanhada por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 07 de outubro de 1999

  
Senador Antonio Carlos Magalhães  
Presidente



OF. nº 606/99-CN


Brasília, em 11 de novembro de 1999.

Senhor Presidente,

O Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 1.584, de 1999, na qual comunica haver vetado totalmente o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1993 (nº 3.112/89, na Casa de origem), que "Acrescenta § 2º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Esta Presidência, nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a V. Exª a indicação dos membros dessa Casa do Congresso Nacional que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto, remetendo, para tanto, em anexo, autógrafo do projeto vetado, cópia do seu estudo e da mensagem presidencial.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e consideração.

  
**Antonio Carlos Magalhães**  
Presidente do Senado Federal

Exmº Sr.  
Deputado **Michel Temer**  
Presidente da Câmara dos Deputados





Mensagem nº 1.584

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar integralmente, por contrariar o interesse público, ao Projeto de Lei nº 71, de 1993 (nº 3.112/89 na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta § 2º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Ouvido, o Ministério do Trabalho e Emprego assim se manifestou:

**Razões do veto:**

"A participação de representantes de categorias econômicas e profissionais em ações fiscalizatórias deve ser tratada com cautela, tendo em vista que ao Agente da Inspeção, por força de legislação própria, é vedado revelar, sob pena de responsabilidade, certos segredos de interesse do empregador ou do empregado, sendo que tal proibição não alcança os representantes de categorias.

Ora, o projeto não traz em seu bojo definição quanto aos critérios e limites a serem adotados para o credenciamento dos representantes das categorias profissionais ou econômicas, para o acompanhamento da Fiscalização do Trabalho, em âmbito dos locais de trabalho, o que poderá trazer embaraços e até mesmo tornar inexecutível a ação fiscal, em face de tal omissão."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar totalmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 28 de outubro de 1999.



SENADO FEDERAL
Subs. Econ. Regist. do C. N.
PLC nº - 71/93
Fls. 44



Nego sanção, pelas razões  
constantes da Mensagem do veto.  
28/10/99



Acrescenta § 2º ao art. 626 da Consolidação das Leis  
do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452,  
de 1º de maio de 1943.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:


“Art. 626. ....”

“§ 1º .....”

“§ 2º A fiscalização referida no *caput* deste artigo poderá ser acompanhada por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 7 de outubro de 1999

  
Senador Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

jbs/.



Aviso nº 1.867 - C. Civil.

Em 28 de outubro de 1999.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem em que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que houve por bem vetar integralmente o Projeto de Lei nº 71, de 1993 (nº 3.112/89 na Câmara dos Deputados) e, na oportunidade, restituo dois autógrafos da citada proposição.

Atenciosamente,



PEDRO PARENTE  
Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor  
Senador CARLOS PATROCÍNIO  
Segundo Secretário em exercício na Primeira Secretaria do Senado Federal  
**BRASÍLIA-DF.**

SENADO FEDERAL
Subs. para Registro do C. N.
PLC nº 71/93
Fl. 11



Nego sanção, pelas razões  
constantes da Mensagem de voto.

28/10/99



Acrescenta § 2º ao art. 626 da Consolidação das Leis  
do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452,  
de 1º de maio de 1943.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:


“Art. 626. ....”

“§ 1º .....”

“§ 2º A fiscalização referida no *caput* deste artigo poderá ser acompanhada por representantes devidamente credenciados pelas categorias econômicas e profissionais que integram o estabelecimento.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 7 de outubro de 1999



Senador Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

jbs/.



**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 1993**  
(PL nº 3.112/89, na Casa de origem)

EMENTA: Acrescenta § 2º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

AUTOR: Deputado Tarso Genro

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:  
LEITURA: 02-08-89 DCN (Seção I) de 03-08-89.

COMISSÕES:  
Const., Justiça e Redação  
Tra. Adm. e Serv. Público

RELATORES:  
Dep. Tito Costa  
Dep. Paulo Paim  
Dep. Nilson Gibson  
(Redação Final)

ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL  
Através do Ofício PS-GSE/Nº 139, de 19-04-93

TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:  
LEITURA: 23-04-93 - DCN (Seção II) de 24-04-93.

COMISSÕES:  
Assuntos Sociais

Diretora

RELATORES:  
Sen. Emilia Fernandes  
Parecer nº 623/98-CAS  
Sen. Geraldo Melo (Redação Final -  
Parecer nº 774/99-CDIR

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:  
Através da Mensagem SF nº 210, de 07-10-99.



VETO TOTAL MENS Nº /99-CN  
(nº 1.584/99, na origem)

LEITURA:

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE RELATAR O VETO:  
SENADORES DEPUTADOS

PRAZO DE TRAMITAÇÃO:



SGM/P Nº 1246/99

Brasília, 29 de novembro de 1999.

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício CN/Nº 606, de 11 de novembro de 1999, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que designei os Senhores Deputados **EDUARDO PAES, ENIVALDO RIBEIRO e PAULO PAIM**, para integrarem a Comissão Mista incumbida de relatar o veto ao Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, que "Acrescenta § 2º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943."

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço.

Atenciosamente,



MICHEL TEMER  
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor  
Senador **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**  
DD. Presidente do Senado Federal  
N E S T A



**SGM/P Nº** 1247/99

Brasília, 29 de novembro de 1999.

Senhor Deputado,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência sua designação para integrar a Comissão Mista incumbida de relatar o veto ao Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, que "Acrescenta § 2º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943."

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço.

Atenciosamente,



**MICHEL TEMER**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **EDUARDO PAES**  
Gabinete nº 742, anexo IV  
N E S T A



**SGM/P Nº 1247/99**

Brasília, 29 de novembro de 1999.

Senhor Deputado,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência sua designação para integrar a Comissão Mista incumbida de relatar o veto ao Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, que "Acrescenta § 2º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943."

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço.

Atenciosamente,



**MICHEL TEMER**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **ENIVALDO RIBEIRO**  
Gabinete nº 840, anexo IV  
N E S T A



SGM/P Nº 1247/99

Brasília, 29 de novembro de 1999.

Senhor Deputado,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência sua designação para integrar a Comissão Mista incumbida de relatar o veto ao Projeto de Lei nº 3.112, de 1989, que "Acrescenta § 2º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943."

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço.

Atenciosamente,



MICHEL TEMER  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **PAULO PAIM**  
Gabinete nº 471, anexo III  
N E S T A



Construções	3 326
Aeronaves	325 429
Máquinas e equipamentos	19 943
Equipamento de transporte e veículos	1 773
Ferramentas, aparelhos e utensílios	13 933
Terrenos	72 449
Conta provisória das construções	67 965
(Ativos fixos intangíveis)	(906)
Direito de utilização de instalação de Telecomunicação e telefonia	616
Outros ativos fixos intangíveis	290
(Investimento e outros)	(250 352)
Investimento em títulos de valores	49 848
Ações das companhias subsidiárias	140 770
Participação no capital das companhias	60
Subsidiárias	
Empréstimos a longo prazo	22 322
Empréstimos a longo prazo para funcionários	4 645
Despesas antecipadas a longo prazo	16 638
Outros investimentos	16 833
Reserva para duvidosos a pagar	
	765
Ativos adiados	
Despesas de emissão de debêntures	1 189
	1 189
Total de Ativos	1 152 654
Discriminação	Valores
Parte de Passivos	(1 milhão de ienes)
Passivos Circulantes	218 707
Duplicatas a pagar	82 702
Dívidas a curto prazo	53 194
Compras não-operacionais a pagar	6 141
Impostos de negócios a recolher, etc.	303
Despesas a pagar	17 770
Depósitos recebidos	39 962
Reserva para bonificação	6 574
Outros passivos circulantes	12 058
Passivos fixos	750 176
Debêntures	327 204
Empréstimos a longo prazo	351 859
Reserva para aposentadoria	58 758
Outros passivos fixos	12 354
Total de passivos	968 883
Parte de Capital	
Valor do Capital	72 142
Reserva legal	100 436
Reserva de Capital	90 135
Reserva de Lucro	10 301
Outros Excedentes	11 191
Reserva para depreciação extraordinária	9 637
Depósito especial	1 600
Depósito para compressão do terreno	1 356
Reserva de conta especial para compressão dos ativos fixos	50
Prejuízo não processado no período	1 453
(prejuízo do período)	(2 675)
Total de Capital	183 771
Total de passivos e capital	1 152 654
(Observações)	
1. Crédito em pecunia a curto prazo com relação as subsidiárias	22 605 000 000,00 de ienes
2. Débito em pecunia de curto prazo com relação as subsidiárias	9 393 000 000,00 de ienes
3. Crédito em pecunia a longo prazo com relação as subsidiárias	14 072 000 000,00 de ienes
4. Débito em pecunia a longo prazo com relação as subsidiárias	283 000 000,00 de ienes
5. Valor acumulado de depreciação do ativo fixo tangível	734 778 000 000,00 de ienes
6. Valor lançado comprimido do ativo fixo tangível	265 000 000,00 de ienes
7. Ativo fixo utilizado pelo contrato de leasing - Além do ativo fixo computado no Balanço, existem aeronaves e computadores utilizados provenientes do contrato de leasing	
8. Ativos e Passivos importantes em moeda estrangeira	
1 Caixa e Banco	
8 149 000 000,00 de ienes	61 692 000,00 dólares americanos
2 Outros ativos circulantes	
173 000 000,00 de ienes	17 180 000,00 dólares americanos
3 Investimento em Títulos de Valores	
12 185 000 000,00 de ienes	962 459 000,00 schilling
2 428 000 000,00 de ienes	30 129 000,00 dólares singapura
958 000 000,00 de ienes	6 676 000,00 dólares americanos
4 Ações das subsidiárias em moeda estrangeira	
38 916 000 000,00 de ienes	291 368 000,00 dl. am
35 169 000 000,00 de ienes	348 000 000,00 dl. am
12 227 000 000,00 de ienes	179 498 000,00 guilders, holandês
5 Contas operacionais a pagar	
1 138 000 000,00 de ienes	8 847 000,00 dólares ame
6 Despesas a pagar	
3 546 000 000,00 de ienes	28 711 000,00 dl. am.
7 Valor do crédito e débito em pecunia a curto prazo em moeda estrangeira convertido em iene e diferença apurada na conversão devido a taxa cambial, no momento do balanço	
(Com exceção dos valores com reserva cambial)	
Valor de conversão em ienes	
Crédito em pecunia a curto prazo	7 494 000 000,00 de ienes
Débito em pecunia a curto prazo	6 940 000 000,00 de ienes
Diferença cambial (perda)	215 000 000,00 de ienes
8 Ativo oferecido para garantia	
Prédio, aeronaves, máquinas e Equipamentos	241 396 000 000,00 de ienes

9 Saldo da obrigação de garantia (Os valores contidos em ( ) expressam garantia conjunta)	5 552 000 000,00 de ienes	(4 857 000 000,00 de ienes)
10 Débito accidental relativo ao contrato de aceite do cumprimento do debito das debêntures	80 000 000,00 de ienes	
11 Perda no período por ação Demonstrativo de lucros e perdas De 1/4/1997 a 31/3/1998	1,85 ienes	
Itens	Valores	(1 milhão de ienes) (1 milhão de ienes)
Parte de lucros e perdas ordinarias		
Parte de lucros e perdas Operacionais		
- Renda operacional		
Receita operacional		910 276
- Despesas operacionais		
Despesas de negocios	714 295	
Despesas de venda e despesas administrativas gerais	195 334	909 630
- Lucro operacional		646
Parte de lucros e perdas não Operacionais		
- Renda não operacional		
Juros recebidos e dividendos	2 876	
Outras rendas	44 782	47 659
- Despesas não operacionais		
Juros pagos	30 958	
Outras despesas	12 102	43 060
Lucro ordinario		5 245
Parte de lucros e perdas extraordinarios		
- Lucros extraordinarios		
- Perdas extraordinarias		
Perdas de avaliação das ações das empresas subsidiárias	2 544	
Despesas com reajuste de aposentadoria e trabalhos passados	1 736	
Perdas com descarte das peças dos equipamentos colocados para fora de uso	488	4 769
Lucro do período sem desconto dos impostos		475
Imposto de pessoa jurídica e imposto de residência		3 151
Prejuízo no período		2 675
Lucro transferido do período anterior		1 221
Prejuízo não decidido no final do período		1 453

(Obs) Volume de transação com as empresas subsidiárias

Receita operacional: 45 356 milhões de ienes

Volume de compra: 62 305 milhões de ienes

Transações fora das transações operacionais: 5 232 milhões de ienes

**TERMO DE ACEITAÇÃO** - Aos 12 dias do mês de maio de 1999, compareceu a este Departamento de Aviação Civil o Representante da ALL NIPPON AIRWAYS - ANA, Sr. Eduardo Artur Rodrigues Silva, brasileiro, casado, Consultor Aeronáutico, carteira de identidade nº 183-132 - MAER, com escritório na Av. Mal. Câmara, 160, sala 1515 - Rio de Janeiro que declarou aceitar as condições estabelecidas para que a empresa seja autorizada a funcionar no Brasil, nos termos do Decreto nº 92.319, de 23 de janeiro de 1986, pelo que foi lavrado este Termo, que contem as mencionadas condições, a saber: A ALL NIPPON AIRWAYS - ANA é obrigada a ter, permanentemente, um representante geral no Brasil, com plenos e ilimitados poderes para tratar e, definitivamente, resolver as questões que venham a surgir, quer com o Governo, quer com particulares, podendo ser demandado e receber citação inicial pela empresa. II - Todos os atos praticados no Brasil ficarão sujeitos unicamente às respectivas leis e regulamentos, sem que, em tempo algum, possa a referida empresa reclamar qualquer exceção, fundada em seus estatutos, cujas disposições não poderão servir de base para qualquer reclamação concernente à execução das obras ou serviços a que eles se referem. III A empresa não poderá realizar no Brasil os objetivos constantes de seus estatutos, que são vedados a empresas estrangeiras, e so poderá exercer os que dependam de previa permissão governamental, depois desta obtida e sob as condições em que foi concedida. IV - Qualquer alteração que a empresa fizer em seus Atos Constitutivos ou Estatuto, dependerá de aprovação do Governo Federal para produzir efeitos no Brasil. V - Ser-lhe-á cassada a autorização para funcionamento no Brasil se infringir as cláusulas anteriores ou se, a juízo do Governo brasileiro, a empresa exercer atividades contrárias ao interesse público. VI - A transgressão de qualquer das cláusulas para qual não exista cominação especial, será a empresa punida com as multas estabelecidas pela legislação interna (ass.) Representante da ALL NIPPON AIRWAYS - ANA

(Nº 6.621 - 26-10-99 - 237cm - R\$ 7.091,04)

## Presidência da República

### DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

#### MENSAGEM

Nº 1.582, de 28 de outubro de 1999. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 1.921-1, de 28 de outubro de 1999.

Nº 1.583, de 28 de outubro de 1999. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 1.927, de 28 de outubro de 1999.

Mensagem nº 1.584

Senhor Presidente do Senado Federal.

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar integralmente, por contrariar o interesse público, ao Projeto de Lei nº 71, de 1993 (nº 3.112/89 na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta § 2º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943"

Ouvindo, o Ministério do Trabalho e Emprego assim se manifestou:



**Razões do veto:**

"A participação de representantes de categorias econômicas e profissionais em ações fiscalizatórias deve ser tratada com cautela, tendo em vista que ao Agente da Inspeção, por força de legislação própria, é vedado revelar, sob pena de responsabilidade, certos segredos de interesse do empregador ou do empregado, sendo que tal proibição não alcança os representantes de categorias.

Ora, o projeto não traz em seu bojo definição quanto aos critérios e limites a serem adotados para o credenciamento dos representantes das categorias profissionais ou econômicas, para o acompanhamento da Fiscalização do Trabalho, em âmbito dos locais de trabalho, o que poderá trazer embaraços e até mesmo tornar inexecutível a ação fiscal, em face de tal omissão."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar totalmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 28 de outubro de 1999.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Nº 1.585, de 28 de outubro de 1999. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, crédito especial no valor total de R\$ 41.211.137,00, para os fins que especifica"

Nº 1.586, de 28 de outubro de 1999. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$ 353.155.000,00, para os fins que especifica"

Nº 1.587, de 28 de outubro de 1999. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 50.000.000,00, para reforço de dotações do orçamento vigente".

Nº 1.588, de 28 de outubro de 1999. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 9.849.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento".

### GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA

#### Conselho Curador do Fundo de Terras e Reforma Agrária - Banco da Terra

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 28 DE OUTUBRO DE 1999

Dispõe sobre a constituição do Banco do Brasil S.A. como mandatário do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - BANCO DA TERRA, com poderes para atuar como agente financeiro na concessão de financiamentos.

O Conselho Curador do Banco da Terra, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 17 do Decreto nº 3.027, de 13 de abril de 1999, o qual regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que instituiu o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - BANCO DA TERRA, e com base no Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Outorgar ao Banco do Brasil S.A. poderes para atuar como agente financeiro do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - BANCO DA TERRA na concessão de financiamentos à aquisição de imóveis rurais e obras necessárias à implantação de infra-estrutura básica.

Art. 2º No exercício do mandato ora concedido, o Banco do Brasil S.A. poderá celebrar a escritura pública de compra e venda de imóvel/contrato de financiamento/pacto adjeto de hipoteca, observando-se as disposições da Lei Complementar nº 93/98, regulamentada pelo Decreto nº 3.027/99, do Regulamento do BANCO DA TERRA, aprovado pelo Conselho Curador através da Resolução nº 8, de 06/10/99, publicada no Diário Oficial da União de 07/10/99, e demais normas que regem o assunto.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RAUL BELENS JUNGMAN PINTO  
Presidente do Conselho

(Of. nº 377/99)

# CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997



Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Contém o Decreto nº 2.327, de 23 de setembro de 1997, que dispõe sobre a Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que estabelece normas sobre a legislação de trânsito e dá outras providências.

IMPrensa NACIONAL  
SIG, Quadra 6, lote 800, CEP: 70610-460  
Brasília - DF



INFORMAÇÕES:  
(061) 313-9900



JOVELINO PEREIRA DE ALVA  
JOVELINOSEARCH - QUERY  
00003 PL A 03112 1989

PL.031121989 DOCUMENT# 2 OF 2

## IDENTIFICAÇÃO

NUMERO NA ORIGEM : PL. 03112 1989

CAMARA : PL. 03112 1989

AUTOR AUTOR : DEPUTADO : TARSO GENRO PT  
EMENTA INTRODUZ PARAGRAFO PRIMEIRO AO ARTIGO 626 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, DETERMINANDO QUE A FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHO PODERA SER ACOMPANHADA POR REPRESENTANTES DAS CATEGORIAS ECONOMICAS E PROFISSIONAIS).INDEXAÇÃO ALTERAÇÃO, LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, (CLT).  
NORMAS, ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO, CUMPRIMENTO, PROTEÇÃO DO TRABALHO, REPRESENTANTE, CATEGORIA ECONOMICA, CATEGORIA PROFISSIONAL, SINDICATO.

## LEGISL-CITADA

DEL 005452 DE 1943

## DESPACHO INICIAL

(CD) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (CCJR)

(CD) COMISSÃO DO TRABALHO (CTRA)

## ULTIMA AÇÃO



CAMARA DOS DEPUTADOS

10 1999 (CD) PR - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

VETADO TOTALMENTE (MSE 1584/99 E MSG 1201/99-CN). DOFC  
29 10 99 PAG 0015 COL 02.

## TRAMITAÇÃO

- 02 08 1989 - PLENÁRIO (PLEN)  
APRESENTAÇÃO DO PROJETO PELO DEP TARSO GENRO.
- 02 08 1989 - MESA (MESA)  
DESPACHO A CCJR E CTB.
- 02 08 1989 - PLENÁRIO (PLEN)  
LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA. DCN1 03 08 89 PAG 6735 COL 01.
- 14 08 1989 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (CCJR)  
RELATOR DEP TITO COSTA. DCN1 23 08 89 PAG 8413 COL 03.
- 29 11 1989 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (CCJR)  
APROVAÇÃO UNANIME DO PARECER DO RELATOR, DEP TITO COSTA, PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TECNICA LEGISLATIVA, COM EMENDA. DCN1 03 03 90 PAG 0933 COL 03.
- 31 05 1990 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (C)  
RELATOR DEP PAULO PAIM. DCN1 02 06 90 PAG 6277 COL 03.
- 18 10 1990 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (C)  
PARECER FAVORAVEL DO RELATOR, DEP PAULO PAIM, COM ADOÇÃO DA EMENDA DA CCJR.
- 14 11 1990 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (C)  
APROVAÇÃO UNANIME DO PARECER FAVORAVEL DO RELATOR, DEP PAULO PAIM, COM ADOÇÃO DA EMENDA DA CCJR. DCN1 24 01 91 PAG 15073 COL 01.
- 06 12 1990 - PLENÁRIO (PLEN)  
LEITURA E PUBLICAÇÃO DOS PARECERES DA CCJR E CTASP. PRONTO PARA A ORDEM DO DIA. PL. 3112-A/89. DCN1 07 12 90 PAG 13719 COL 03.
- 01 04 1993 - PLENÁRIO (PLEN)  
DISCUSSÃO EM TURNO UNICO. ENCERRADA A DISCUSSÃO. APROVAÇÃO DA EMENDA DA CCJR. APROVAÇÃO DO PROJETO.
- 01 04 1993 - MESA (MESA)  
DESPACHO A REDAÇÃO FINAL. DCN1 02 04 93 PAG 6796 COL 02.
- 01 04 1993 - PLENÁRIO (PLEN)  
APROVAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL OFERECIDA PELO RELATOR, DEP NILSON GIBSON.
- 01 04 1993 - MESA (MESA)  
DESPACHO AO SENADO FEDERAL. PL. 3112-B/89. DCN1 02 04 93 PAG 6797 COL 01.
- 19 04 1993 - MESA (MESA)  
REMESSA AO SF, ATRAVES DO OF PS-GSE 139/93.
- 07 10 1999 - MESA (MESA)  
OF 949-SF, COMUNICANDO REMESSA DESTES PROJETO A SANÇÃO.
- 08 12 1999 - CONGRESSO NACIONAL (CN)  
LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MENSAGEM 1201/99-CN.
- 08 12 1999 - CONGRESSO NACIONAL (CN)  
DESIGNADA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO RELATORIO: SENADORES: EMILIA FERNANDES, DJALMA BESSA E CARLOS BEZERRA. DEPUTADOS: EDUARDO PAES, ENIVALDO RIBEIRO E PAULO PAIM. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DO RELATORIO: 27 02 2000. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DO VETO NO CONGRESSO: 08 03 2000.



2200 11018 017342



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROCESSO Nº 3112/89 /

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
P-2000/17342 (V. 1)  
DATA : 22.08.2000  
ASSUNTO : PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA-  
Lci  
INTERESSADO: CONGRESSO NACIONAL PRES  
PROCEDENCIA:   
ORÇAO :   
SERVO:

INTERESSADO: \_\_\_\_\_

PROCEDÊNCIA: \_\_\_\_\_

ASSUNTO: \_\_\_\_\_



SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Recebido	
Orgão	Presidência N.º
Data	22/08/00 Hora: 15:45
Assinatura	Angela 3491



CÂMARA DOS DEPUTADOS

22100 11518 017342

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÕES  
PROTÓTIPO GERAL


Ofício nº 217 (CN)

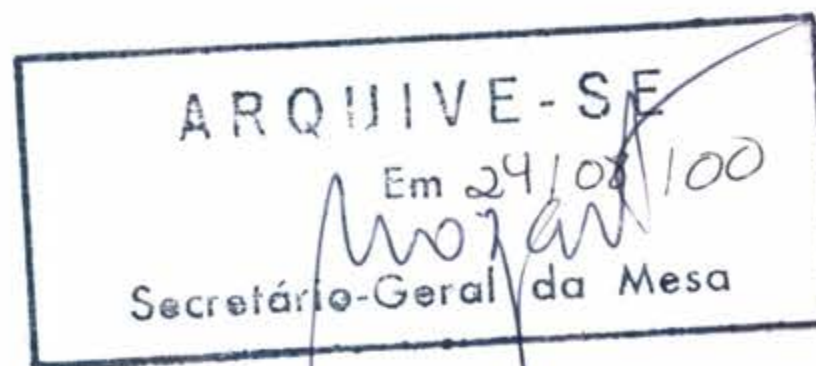
Brasília, em 21 de agosto de 2000.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada no dia 9 de agosto do corrente ano, manteve o veto total aposto pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1993 (PL nº 3.112, de 1989, na Câmara dos Deputados), que “acrescenta § 2º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”.

Atenciosamente,

  
Senador Antonio Carlos Magalhães  
Presidente



A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Michel Temer  
Presidente da Câmara dos Deputados  
jbs/plc93071vt



## This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

---

---

---